

SESSÕES DO PLENÁRIO

126ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de dezembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Graça Pimenta, Ivana Bastos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando e Yulo Oiticica. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ivana Bastos, comunicando sua ausência das sessões no período de 26/11 a 06/12/2013, conforme atestado médico.

Do Dep. Bira Côroa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 02, 07, 09 e 23/10/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Paulo Câmara, encaminhando Indicação de autoria do Vereador Euvaldo Jorge, solicitando ao Presidente desta casa, Deputado Marcelo Nilo, que seja adotado o critério do “voto aberto” na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, nós estamos passando um ofício a S.Ex^a, o reverendíssimo Dom Murilo Krieger, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, no qual nós ponderamos com ele sobre o processo eleitoral da Universidade Católica do Salvador.

Na realidade, houve uma eleição, e o atual reitor, José Carlos, obteve uma votação expressiva. A votação dele foi mais do dobro da dos dois candidatos que participaram das eleições. Para se ter uma ideia, o atual reitor e candidato a reitor teve 82% dos votos dos professores, cerca de 82% dos votos dos funcionários, que é o quadro permanente da universidade, e teve uma votação equilibrada entre os alunos.

É evidente que não queremos interferir na decisão do arcebispo Dom Murilo Krieger, pois entendemos que ele tem o bom senso e o direito de escolher quem ele achar melhor. Estamos ponderando, porque houve um processo eleitoral, houve uma vontade da esmagadora maioria da comunidade universitária da Universidade Católica do Salvador, e a indicação de um novo nome, de um outro nome poderá gerar uma crise naquela universidade. Essa crise pode até gerar uma greve, uma instabilidade, e pode acontecer o que aconteceu na PUC de São Paulo.

Na PUC houve uma crise muito grande, trazendo instabilidade para a universidade e prejuízos imensos para a sociedade e para os alunos. O que estamos fazendo, aqui, é apenas ponderando com o arcebispo no sentido de que, se ele entende que há uma necessidade de transição na Universidade Católica do Salvador, ou seja, de uma mudança em função de o atual reitor estar lá há muitos anos; se há essa necessidade de mudança, de renovação, essa mudança e essa renovação sejam feitas de forma negociada com os professores, com os alunos e com os funcionários, não de forma traumática, de forma que venha a provocar um prejuízo e uma instabilidade para a própria Universidade Católica do Salvador, que é uma universidade de grande importância para a sociedade.

Portanto, queria fazer este registro aqui e, ao mesmo tempo, pedir aos deputados que assinem este ofício de ponderação. Nós não estamos querendo interferir, mas, apenas, ponderar, uma vez que fomos procurados por muitos professores, alunos e funcionários.

Eu, como presidente da Comissão de Educação, não poderia deixar de dar a minha contribuição no processo de conciliação e de harmonização naquela universidade que é tão importante para a Bahia.

Gostaria, neste momento, de solidarizar-me com os moradores da cidade de Lajedinho que sofreram muito com as chuvas, causando muitas mortes. Portanto envio toda a solidariedade aos moradores e aos familiares que perderam seus entes e foram sacrificados diante da situação climática. É necessário, cada vez mais, ponderarmos e refletirmos sobre a infraestrutura das cidades, principalmente das grandes cidades.

Portanto, solidariedade aos moradores de Lajedinho.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputados Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, Srs. da Imprensa, funcionários e funcionárias desta Casa, quero, também, lamentar e prestar a minha solidariedade aos moradores de Lajedinho que foram vítimas de uma tragédia por conta de motivos climáticos. Tal índice de pluviosidade nunca ocorreu naquele município. O índice de pluviosidade foi de 120 milímetros em um período de, apenas, 2 horas, deputado Carlos Brasileiro. De forma que tais chuvas nunca ocorreram naquela cidade. Nunca se viu isso no sertão e no semiárido deste estado que tem 240 mil Km² de semiárido.

A seca prolongada provocou a queima da vegetação. Houve a compactação intensa do solo assim como, também, a ocupação desordenada sob este mesmo solo. Isso tudo contribuiu para que a chegada do período de chuvas intensas causasse a morte, até então, de 11 pessoas com 6 pessoas desaparecidas mais a destruição daquela cidade.

Nós temos, neste momento, de dar o nosso apoio. O governo já está prestando o atendimento emergencial. O vice-governador Otto Alencar esteve em Lajedinho no domingo. Ele é daquela região e se encontra bastante preocupado com o que aconteceu naquele município.

Agora, só nos resta recuperar as mais de 100 casas destruídas e restabelecer o saneamento básico. Devemos recuperar aquela cidade. Bem, quanto às mortes, nós temos, apenas, de lamentar.

Quero concordar com as palavras do deputado Álvaro Gomes com relação à Universidade Católica, uma universidade tradicional do nosso estado e de nossa cidade, deputado Euclides Fernandes, que não precisa passar por um período de crise. Poderemos, de forma concreta, política e democrática, assegurar a transição. Sabemos que o Sr. José Carlos tem mais de 28 anos exercendo a função de reitor. Mas não podemos interromper isso de forma abrupta.

Foi feita uma eleição democrática. Toda a comunidade aprovou o nome por larga maioria. O resultado foi de 91% dos professores, 82% dos seus funcionários e divididos os estudantes. De forma que nós devemos respeitar o resultado da eleição.

E esta Casa, sem dúvida nenhuma, pode mediar este conflito para que a gente tenha a tranquilidade e para que a Universidade Católica continue prestando os grandes serviços na área de educação como ela vem fazendo.

Também vinculada à educação, estivemos, neste final de semana, em vários municípios da Chapada Diamantina como Rio de Contas, Livramento e Brumado para discutir com a população, com o nosso partido e com lideranças uma questão muito importante: a criação de uma nova universidade.

Esta será através do *campus* hoje de Vitória da Conquista virando universidade e deslocando-se um *campus* até àquelas cidades, porque entendemos ser fundamental

a inclusão de uma universidade para aquela região que tem história, cultura e um ambiente extremamente rico. Logo, mais uma universidade, naquela região, produzirá conhecimento e servirá ao desenvolvimento da região dentro do nosso estado como um todo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Com a sua condescendência, presidente, eu gostaria de dizer que existe um vazio no que diz respeito ao ensino superior naquela região e tal vazio precisa ser preenchido. Para isso, nada melhor do que a gente ter mais uma universidade federal, porque Minas Gerais, como falado aqui, tem 17 universidades federais e a Bahia só tem 5.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- A Bahia disputou com a oitava do Rio Grande do Sul. A Bahia merece mais universidades federais. A próxima terá de ser na Chapada Diamantina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é para dar uma satisfação aos queridos colegas, deputados estaduais, que assinaram, melhor, subscreveram a PEC nº 132 – Projeto de Emenda Constitucional – conhecida como emenda impositiva.

Tal inovação promove a obrigatoriedade ao Executivo, através de S.Ex^a, o governador do estado, de liberar as emendas impositivas postas pelos 63 deputados estaduais, dentro do limite estabelecido na PEC, para mandar obras e benefícios, a fim de atender à demanda dos municípios que os Srs. Deputados representam.

Queremos dizer que esta emenda, melhor, esta PEC foi iniciada, nesta Casa, com mais assinaturas do que precisava em sua formalidade, ou seja, mais de 21 assinaturas. A PEC entrou com 28 assinaturas dos deputados estaduais.

Solicitamos a quebra de formalidade de acordo com o Regimento Interno desta Casa de leis devido à importância do conteúdo da PEC. Foi assinada a quebra de formalidades pelo Líder da Minoria, deputado Elmar Nascimento. Contudo, o Líder da Maioria, deputado Zé Neto, se recusou a assiná-la. Evidentemente isso impossibilitou que o projeto entrasse na Ordem do Dia.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entramos com um requerimento junto à Mesa Diretora desta Assembleia solicitando a prioridade. Infelizmente ela decidiu pela não prioridade. Vencidos os prazos estabelecidos, fomos buscar no Regimento Interno, documento que preside o funcionamento desta Casa de Leis, a marcação de uma sessão extraordinária para colocar em votação esse PEC 132, pois já está na Ordem do Dia.

Esse requerimento de uma sessão extraordinária tem a assinatura, Sr. Presidente Adolfo Menezes e Sr. Deputado Álvaro Gomes, de 45 deputados

estaduais, número mais do que suficiente. Isso demonstra a boa vontade, o consenso não só desta Casa de ver esse Projeto de Emenda Constitucional votado, mas também a vontade dos parlamentares de aprová-lo para que possamos ter no Orçamento do próximo ano a emenda impositiva, que dá aos deputados o direito de obter recursos financeiros para pequenas obras nos municípios que eles representam.

Sendo assim, Sr. Presidente Adolfo Menezes, demos entrada a esse requerimento com 45 assinaturas, de acordo com o nosso Regimento Interno, para que seja feita uma sessão extraordinária e esse PEC seja votado. Este é o desejo da quase totalidade dos 63 deputados desta Casa de Leis, entre os quais 45 subscreveram o documento. Outros infelizmente não estavam na Assembleia. Portanto, não tive a oportunidade de solicitar que também subscrevessem o Projeto de Emenda Constitucional que introduz, implanta dentro do Orçamento do Estado a obrigatoriedade de S.Ex^a o Governador liberar recursos financeiros oriundos dessas emendas impositivas para que os Srs. Deputados possam levar alguma coisa aos municípios que eles representam.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Da Imprensa, Srs. Funcionários, quero parabenizar os fonoaudiólogos, que comemoram hoje o seu dia. Mas também quero ao mesmo tempo solicitar do presidente desta Casa que tenha a sensibilidade de colocar em votação os projetos de lei de autoria dos deputados. Eu mesmo tenho um projeto nesta Casa, projeto de lei nº 19.514/2011, que assegura a presença de um fonoaudiólogo em todas as unidades hospitalares da rede pública. Mas essa questão nunca foi analisada, ou seja, no início deste ano, o presidente colocou essa situação de maneira muito clara, ainda muito sensível, naquele período da eleição que conduziu o presidente Marcelo Nilo à presidência desta Casa. Mas é hora, Sr. Presidente, de cumprir o compromisso. E sei que V.Ex^a é um homem que costuma honrar os compromissos assumidos.

Quero aqui também, neste momento, falar um pouco a respeito da segurança do nosso Estado. A cada dia os dados são mais alarmantes. A ONU, por exemplo, coloca que o ideal de segurança pública, a quantidade de efetivo por habitante seria 250 policiais para cada habitante. Aqui na Bahia, nosso efetivo é de 29 516 policiais para quinze milhões de habitantes. O nosso número é inferior a 50% do que determina como número de segurança para as pessoas, de um policial para cada 250 habitantes. Inclusive, esse número de um policial para 500 habitantes está posto também para o Corpo de Bombeiros, para os policiais rodoviários do nosso Estado assim como para a Polícia Florestal, para a Polícia do Meio Ambiente. Então, temos que cobrar desse governo, do governo do Estado, que tenha esse compromisso com o povo da Bahia, porque a cada dia que passa, cada momento os números são cada vez mais alarmantes. Em Conceição do Coité, ali na microrregião do sisal, temos 800 mil pessoas vivendo

naquela região, e, em algumas cidades, temos um efetivo bastante reduzido.

Então, não quero nem mesmo culpar os comandantes da Polícia, mas quero dizer que o governo deveria, sim, prestar atenção a essa situação. Inclusive, fiz uma indicação ao governador do Estado da Bahia para que o governo interceda a favor da Segurança Pública da Bahia, fazendo um estudo para a reestruturação da Polícia Civil, da Polícia Militar, porque nós precisamos, sim, de investimentos na área da Segurança Pública.

Semana passada, houve aqui um evento da Copa do Mundo, um evento da FIFA. Não sou contra a Copa do Mundo, mas, nesse evento, a segurança foi ostensiva, praticamente um policial para cada participante do encontro. E aí eu pergunto: se tem capacidade, se tem competência para fazer segurança para alguns poucos, porque não tem segurança, não tem competência, não tem vontade para dar segurança ao povo baiano, ao povo do nosso Estado? Então, é muito triste que se faça segurança num evento pequeno e se deixe de fazer segurança para a Bahia e para os baianos. Então, esse é o nosso sentimento, a nossa vontade de que as coisas aconteçam aqui na nossa Bahia. Só para dizer aos senhores: o nosso número, nosso *ranking* é de 4ª posição no número de assassinatos no Brasil. Então, temos de cobrar dos nossos dirigentes, do nosso governo. Falo nosso porque somos baianos, mas esse governo precisa dar atenção ao povo da Bahia, aumentando a segurança do nosso povo e da nossa gente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores desta Casa, venho a esta tribuna por algumas razões, e começaria abraçando todas as famílias do município de Lajedinho que foram vítimas de uma tromba d'água, como a gente chama no interior, causando danos irreparáveis, porque a vida que se perde, além de ser imensurável, ela não retorna. De qualquer sorte, queria parabenizar o governo do Estado por chegar junto, chegar próximo a essa realidade difícil daquela comunidade, no mesmo momento em que aconteceu o incidente. O vice-governador Otto Alencar já esteve na comunidade no dia de ontem, o governador Jaques Wagner se dirigiu ainda ao meio-dia a Lajedinho e o secretário Rui Costa também irá àquela comunidade para levantar as necessidades e o que pode ser feito neste momento tão delicado daquele povo. Digo que ficamos não felizes, mas pelo menos com esperança, porque também vivi esse momento em 2003, quando prefeito em Senhor do Bonfim, não nessa dimensão, mas de qualquer maneira houve mais de 30 famílias desabrigadas, e nem sequer recebemos um telegrama do governo estadual, na época, acenando com uma solução naquele momento difícil da comunidade de Senhor do Bonfim.

Um segundo ponto é falar da sessão especial que fizemos hoje pela manhã, comemorando o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, uma sessão

participativa, em que quase 50 entidades estiveram presentes, familiares e pessoas com deficiência estiveram presentes a essa sessão, em que debatemos os avanços que este País conquistou, principalmente depois da chegada do presidente Lula ao poder central, em 2003, mas tendo início, para ser justo, em 1999, com o primeiro projeto de lei aprovado no Congresso Nacional e regulamentado em 2001. Mas também ficamos felizes por termos o senso crítico das entidades e também pela nossa participação como parlamentar, contamos com a presença do deputado Yulo Oiticica, que foi um proponente também dessa sessão, da deputada Fátima Nunes, da deputada Neusa Cadore e do deputado Álvaro Gomes.

Também fizemos indicativos, um debate positivo das necessidades, das deficiências que ainda existem e dos avanços que devemos estar buscando constantemente com o Poder Executivo, seja em nível federal, estadual ou municipal, para que as pessoas cada dia mais tenham os seus direitos reconhecidos, atendidos, e que sejam tratados como pessoas, que mesmo com deficiência, sejam tratados com a dignidade que uma pessoa, vamos botar entre aspas, “normal” é tratada.

Então foi um debate muito importante, essa sessão, realmente, veio abrilhantar essa comemoração, que se deu no dia 3, mas só pudemos fazer a sessão nessa manhã de hoje. Foi uma sessão que trouxe para nós, parlamentares, e principalmente para o Poder Executivo, uma reflexão profunda, de que mesmo tendo avançado precisamos avançar muito mais nessa direção, porque ainda existem vários direitos que não são reconhecidos, e algumas leis que foram aprovadas, em nível federal, estadual e até municipal, existem, mas ainda não estão sendo cumpridas na sua integridade, faltando aí do Poder Executivo uma fiscalização maior, uma ação maior para que algumas leis saiam do papel e os direitos das pessoas com deficiências sejam atendidos.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Graça, o Plenário vazio em plena segunda-feira, 6, 7, 8 deputados, queria parabenizar o governo da Bahia pelo sucesso que foi esse evento mundial, com a previsão de um terço da população da Terra ter assistido o sorteio para a Copa do Mundo que será realizada aqui, em nosso País. O evento foi realizado na Costa do Sauípe na semana passada e só de jornalistas havia mais de 2 mil, representando mais de 170 países.

Num evento dessa magnitude, é claro que o governador tinha preocupação, na medida em que estamos vivendo um clima de insegurança, deputado Carlos Geilson, em todo o País, com o aumento absurdo da violência. Todos os dias, em todos os estados, vemos crimes bárbaros, assaltos em plena luz do dia.

Aqui, na Bahia, o governador Wagner está investindo muito na segurança. São mais de 12 mil policiais, viaturas para todos os municípios, viaturas novas e mais resistentes, picapes a diesel, armas, munição, coletes, comunicação, sistema de

inteligência. Mesmo assim, assistimos à bandidagem avançando a cada dia. Infelizmente, essa é uma situação que eu, como leigo, debito muito à nossa lei, um Código Penal de mais de 70 anos. Vi há alguns dias notáveis do Direito apresentarem, mais uma vez, sugestões para que o Congresso modifique o Código Penal, já que as condições do nosso País eram muito diferentes há 70 anos.

Então, não acredito que esse País vá melhorar na questão da segurança, a não ser por um período ou outro, enquanto o Brasil não acordar, enquanto os governantes, que têm o poder, não acordarem e endurecerem as penas. Virou brincadeira! Em plena luz do dia os bandidos estão dinamitando bancos, fazendo reféns, e muitas vezes com mortes, como aconteceu na semana passada no Município de Várzea Nova. Eles não têm receio algum, até porque, se forem pegados, poucos dias permanecerão na prisão.

Essa é a triste realidade, deputado Carlos Geilson, porque não há governo do PT, do PSDB, dos Democratas que dê jeito enquanto os nossos colegas de Brasília não pararem de viver naquela ilha da fantasia, juntamente com o presidente, no caso, hoje, com a presidenta Dilma, e mudarem as leis, e vamos continuar com essa malandragem, com essa bandidagem, porque os bandidos não temem. Começa pela redução da maioridade penal, que se discute, discute-se e acaba ficando do mesmo jeito.

Falava com um amigo meu e ele me disse que nos bairros periféricos de Salvador os menores estão andando com revólver na cintura abertamente. Não temem mais nada porque sabem que se forem pegados vão, no máximo, para uma casa de menores, para passarem alguns dias e logo estarem novamente nas ruas. Não podemos continuar com essa permissividade da lei brasileira.

Enquanto isso, vamos continuar vivendo sobressaltados, sem saber qual o dia que um de nós vai ser assaltado. E vamos rezar para ser só assaltado, para que coisas piores não aconteçam. O Brasil todo noticiou o que aconteceu nesse final de semana com um canadense que estava aqui, no Brasil, juntamente com um colega, fazendo negócios. Ele foi conhecer as praias da Baixada Santista e na volta foi barbaramente assassinado. Pelo que eu ouvi, ele não entendeu na hora que era para tirar o cinto de segurança e simplesmente o bandido, como faz todos os dias, o matou friamente.

Então, todos os dias isso acontece e o Brasil assiste, a população assiste, a população assiste como se já estivesse conformada. É uma estupidez o que acontece, é uma barbárie o que acontece todos os dias. E as pessoas não podem fazer nada a não ser os protestos, que agora refluíram, não sei quando vão eclodir novamente. Só com os protestos o Congresso Nacional acorda. Quando houve os protestos em junho, eles correram para fazer alguma coisa; os protestos acabaram, eles esqueceram os problemas.

Concordo, deputada Luiza Maia, que as pessoas precisam ir para as ruas, claro que pacificamente para que os deputados e os senadores acordem e façam o dever de casa, façam o que tem de ser feito neste País.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Carlos Geílson por 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, Galerias, pessoas que nos assistem pelo *Canal TV Assembleia*, começo a minha fala prestando solidariedade aos moradores da cidade de Lajedinho, vitimados por uma chuva muito forte, uma enchente do rio. Com isso, várias pessoas perderam suas vidas, outras estão desabrigadas ou desaparecidas, mas que Deus conforte a todos neste momento de dor.

Eu ouvia o pronunciamento do deputado Adolfo Menezes sobre segurança pública e dizia ele que o governo tem feito a sua parte. Mas tem feito muito pouco do que pode fazer. Quando o deputado diz que essa situação de violência está por todo o País, ele esquece de pontuar que a Bahia vai na contramão. Aqui a violência cresce; nos outros estados tem diminuído. Então V.Ex^a deveria pontuar essa vertente.

Para o evento de sorteio da Copa do Mundo que ocorreu em Sauípe, o governador contratou seguranças. Mas tinha que contratar mesmo! Isso mostra o quanto nós estamos expostos à violência. Para um evento como esse, tratou de dar proteção, proteção policial, decente, correta, coerente com a importância do evento. Enquanto isso, em nossos bairros, como bem falou o deputado Adolfo Menezes, os adolescentes andam aramados, o tráfico impõe as leis, fecha o comércio, abre comércio. Num bairro aqui em Salvador, um cidadão recebeu ordens de parar, desobedeceu, saiu da comunidade e foi baleado. Por que o governo não investe a mesma segurança que foi colocada em prática para o sorteio dos grupos da Copa do Mundo? Porque não faz isso nos bairros? Sabem por quê? Porque o nosso cidadão está à mercê da bandidagem, do crime organizado, à mercê da falta de investimento. Esse é um governo que não prioriza segurança pública.

Nos outros estados, é só pegar a estatística, a violência tem diminuído. A participação do crime organizado tem diminuído nessas sociedades, mas aqui na Bahia, pelo contrário tem aumentado. E justamente no governo do PT! Que não prioriza segurança pública.

No sábado, participei de um debate na Rádio Povo, com o Líder do governo, deputado Zé Neto, e fiquei chocado, eu fiquei pasmo. E descobri que o deputado acredita na Bahia que o governo divulga, a da propaganda. Aquela Bahia fantástica, maravilhosa, com uma velhinha na televisão alegre, sorridente, encantada com os feitos do governo. Aparece um jovem jogando loas nessa administração, tentando persuadir os mais incautos. E não é que o Líder do governo acredita nessa Bahia? Essa Bahia só existe na ficção! Dizer que diminuiu a criminalidade, diminuiu a violência?! Aonde, meu Deus do céu?!

Na minha cidade, Feira de Santana, todos os dias nos bairros populares há um grande número de assaltos quando os trabalhadores estão se deslocando para o seu local de trabalho. São assaltados em pontos de ônibus no percurso até o local de trabalho. E ainda vêm falar em diminuição da violência e que nunca se fez tanto neste Estado?! Meu Deus do céu! É quererem levar o baiano, aquele que tem um pouco mais de entendimento, ao verdadeiro ridículo quando não confirmam o que estamos

sentindo na pele. Não é a pressa dos números plantados e criados por este governo, mas sim a situação que estamos vivenciando nas ruas, nos bairros, nas periferias deste Estado.

Vejam quem comanda hoje as periferias. É o crime organizado que comanda, é o tráfico! Enquanto isso, o governador está encastelado no Palácio de Ondina assistindo a tudo com se estivesse às mil maravilhas.

Governador, saia da sua cadeira. Vá conhecer de perto a realidade da periferia da Bahia, porque o senhor vai ver que é muito diversa daquela que o seu governo prega na propaganda institucional, na propaganda enganosa, na propaganda da ficção.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, a imprensa e os baianos vinham acompanhando uma discussão interna das oposições no sentido de quando seria a data ideal para indicarmos um candidato que fizesse contraponto ao projeto político capitaneado pelo governo neste Estado.

A cada dia ficou patente, e mais ainda após o lançamento do candidato oficial, feito com pompas pelo Sr. Governador, o acerto das oposições ao continuarem a tratar do projeto e da gestão do governo e deixarem a questão política para ser tratada no momento adequado, no próximo ano, quando devem ser tratadas as questões eleitorais com muito mais responsabilidade. É o governador quem deveria ter mais a obrigação com a gestão das coisas do Estado, mas na verdade quem toca - e toca mal - o governo é o chefe da Casa Civil, o pré-candidato apontado pelo PT para suceder a S.Ex^a.

E agora mais ainda, pois vai piorar ainda mais a gestão, já que, em vez de cuidar dos índices da educação, da infraestrutura, dos investimentos, da saúde e, sobretudo, daquilo que ele mesmo assume ser seu calcanhar de aquiles no governo, a segurança pública, o governador dedica-se completa e integralmente à campanha política. Aliás, este governador não faz outra coisa, além de cuidar apenas da campanha política.

Portanto, o acerto da nossa decisão de deixar esse assunto um pouco para a frente fica a cada dia mais evidente quando se concede uma entrevista ou se faz um ato de campanha para o candidato oficial do governo, porque, em vez de ter o seu próprio contraponto, o chefe da Casa Civil faz contraponto a si mesmo, tantas e inúmeras são as besteiras que fala toda vez que vai conceder entrevistas seja no rádio, seja na televisão, seja num *blog*.

Isso a ponto de o Sr. Jornalista Antônio Risério, que escreve aos sábados no jornal *A Tarde*, ter vindo com um violento editorial contra as colocações do candidato oficial. Colocações preconceituosas de um candidato arrogante que não percebeu ainda que os baianos são generosos ao receber bem todas as pessoas sejam de qualquer estado que queiram vir contribuir sobretudo com o debate das ideias na Bahia.

Esse mesmo preconceito que os baianos não tiveram com o pernambucano Lula, com a mineira Dilma e com o carioca Jaques Wagner não terão, é claro, com o governador de pernambuco, Eduardo Campos, que como presidente nacional do seu partido tem a obrigação de articular, de criar base de sustentação para a sua ou qualquer outra candidatura que o seu partido resolva apoiar nas eleições do próximo ano. Não há nada de intromissão indevida, qualquer debate trazido por uma liderança emergente, que contribui com a qualificação do debate, é bem-vindo à Bahia. Esperemos que venha. Como é bem-vinda a candidatura que é desrespeitada da senadora Lídice da Mata, que foi uma grande deputada e é uma grande senadora - e a sua candidatura contribuirá para melhorar e elevar o debate no nosso Estado -, não tem que estar aí a reboque nem de candidato e nem de partido nenhum. Por último, amanhã, utilizar-me-ei do Grande Expediente para desmascarar os dados. Aliás, não há dados nada, há retórica do discurso do pré-candidato oficial do governo a respeito da segurança pública. E mostrar com dados que enquanto a violência e os homicídios diminuem em Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco aumentam assustadoramente na Bahia. Isto só pode ser porque há equívocos na política de segurança e que o investimento não melhorou.

Amanhã, no Grande Expediente, detalharei à miúdo para mostrar a falta de conhecimento e o despreparo do candidato oficial. Repito, enquanto estiver falando sozinho é melhor, porque só fala besteira atrás de besteira.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por acordo de Lideranças, com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Meus cumprimentos: Ao (a) Senhor (a) presidente; às Senhoras deputadas, aos Senhores deputados; a Imprensa; as pessoas presentes nas galerias; aos Funcionários desta Casa; e a todos que nos acompanham através do Canal Assembleia. Nobres parlamentares:

Esta semana serão encerradas as atividades da iniciativa internacional "16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher", iniciada no Brasil em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A ação, que em nosso país dura 20 dias, é encerrada justamente na semana em que celebramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos. (10 de dezembro) A violência contra a mulher é uma triste realidade que está presente com frequência em nosso cotidiano. Basta acompanhar as notícias para ter essa lamentável constatação. Muitos desses crimes são motivados por questões de gênero mesmo, pois a maioria dos homens ainda vê a mulher como sua propriedade ou como ser inferior a ele. Existe uma parcela muito grande de mulheres que são vítimas de violência e que precisam receber atenção dos poderes públicos. Para que seja dada uma atenção especial a população feminina que sofre com inúmeras brutalidades que são cometidas contra ela, apresentei nesta Casa o projeto de lei nº 20.593/2013, que determina a criação das Casas de Acolhimento Provisório para mulheres vítimas de violência.

Senhores deputados, senhoras deputadas:

Esse conceito de violência vai além da forma física. As agressões podem ser ainda moral e psicológica, que também ferem a dignidade da mulher. A mais corriqueira das brutalidades cometidas contra a população feminina é a doméstica, porém outras modalidades dessa mazela em social, como o tráfico de mulheres, têm surgido em meio à sociedade.

Sendo assim, é dever dos poderes públicos implantarem as Casas de Acolhimento, que deverão ser instaladas pelo governo estadual com recursos próprios do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado pelo governo federal em 2007 e que a Bahia aderiu em 2008. A instituição é local onde a vítima poderá se sentir segura e protegida.

Nos locais de abrigo temporário o caso de violência será avaliado por profissionais capacitados, tais como assistentes sociais e psicólogos. Depois de traçarem o perfil da situação em análise, a equipe fará os encaminhamentos necessários para o restabelecimento da dignidade da mulher. Nobres parlamentares.

O serviço de acolhimento provisório será de curta duração, com prazo máximo de até 15 dias, e não sigiloso, destinado às mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não corram risco iminente de morte. Essa é apenas uma das formas de combater a violência contra a mulher. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher é muito diverso nas estratégias de combate a essa mazela social. Senhores deputados, senhoras deputadas.

Conto com o apoio de todos vocês para que a população feminina deixe de ser vítima de tantas atrocidades cometidas contra ela. Por uma Bahia menos violenta e por um respeito maior pelas mulheres, faço um chamamento a todos vocês. Vamos aprovar esse projeto aqui nesta Casa! Muito obrigada!”

(Não foi revisto pela orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho seis assuntos. Sr. Presidente, estou pedindo a V.Ex^a aí mais um minuto para falar, um minuto para cada um. Mas eu quero iniciar solidarizando-me também com a sociedade do município de Lajedinho pelo que sofreu nesse final de semana. Uma cidade conhecida ali na Chapada, minha vizinha, próxima a Rui Barbosa. É uma tristeza vermos um município ficar tanto tempo sem receber chuvas e quando a chuva cai causa um transtorno desse. A nossa solidariedade, o nosso apoio ao prefeito e a todos os munícipes.

Sr. Presidente, eu quero também chamar a atenção desta Casa para o fato de que amanhã o STF – Supremo Tribunal Federal – vai julgar uma ação apresentada pela OAB que visa declarar inconstitucional o financiamento privado de campanha eleitoral.

Eu queria que os deputados prestassem atenção para isso, deputado Bira Corôa, porque é importante para a nossa vida, para a vida do político. E se o Supremo

Tribunal Federal, realmente, aprovar essa ação, votar favorável, acho que vai ser importante.

É uma luta nossa, do Partido dos Trabalhadores. Há muito tempo, travamos a batalha para desprivatizar a campanha eleitoral. Todo o mundo conhece a minha opinião sobre vários pontos da reforma política e acho essa questão do financiamento privado, realmente, uma aberração. Não vejo sentido uma atividade pública ser financiada pela iniciativa privada, e a gente perceber o tanto de distorções e o quanto as pessoas que não têm dinheiro ou que têm dificuldade para articular o apoio dos empresários, não conseguem chegar, hoje, aos espaços de poder.

E, nesse sentido, eu estou chamando a atenção desta Casa, porque nós precisamos não só torcer, como também aguardar que, realmente, o Supremo Tribunal Federal aprove. Acabar com o financiamento privado é garantir uma maior democratização, uma disputa mais igual das eleições. Aguardo que o Tribunal, dentre outras coisas, tenha bom senso para aprovar essa ação da OAB.

Sr. Presidente, quero também convidar todos os meus pares para quinta-feira, dia 12, às 9:00h da manhã, pois realizaremos a primeira audiência pública do tráfico de pessoas na Bahia. Quero convidar não só os membros da CPI, como o deputados Bira e Deraldo, para que participem conosco desta audiência. Deputado Adolfo Viana, apesar do seu líder não ter lhe colocado, poderemos ainda incorporá-lo independente de ser titular ou suplente.

O nosso Estado está colocado pelo Ministério da Justiça como sendo o 3º Estado onde mais pessoas são fornecidas para o tráfico de seres humanos. Temos 22 municípios colocados na rota do tráfico. Nesse sentido é importante, não só a Comissão, com seus 12 membros, como esta Casa também se colocar a favor dessa luta, deputada Graça Pimenta. Isso é um absurdo, é uma escravidão moderna- em pleno Século XXI haver comércio de pessoas, venda de crianças para adoção ilegais, mulheres para exploração sexual.

E na semana passada na reunião da CPI, que acontece todas as terças-feiras às 11:00h no Plenarinho desta Casa, ouvimos aquela mãe de Monte Santo, que teve os seus cinco filhos sequestrados pela polícia com a conivência daquele Juiz, Dr. Vítor, e com a promotora de Monte Santo.

Não conseguimos entender o absurdo, a barbaridade, a grosseria, a estupidez como trataram aquelas crianças. Ser pobre é motivo para perder o direito de criar seus filhos? Aquela mãe nunca se colocou com vontade de doar nenhum filho, no entanto, seus cinco filhos foram retirados dela daquela forma estúpida.

A companheira Silvânia teve o nosso apoio, a nossa solidariedade. Hoje ela vive em Camaçari, porque não tinha condições de viver em Monte Santo, pelo assédio e perseguição por uma parcela da sociedade, a favor de uma das mães adotivas que conseguiu fazer uma confusão.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Deraldo

Damasceno pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes neste Plenário, quando cheguei, ouvi as últimas palavras do discurso do deputado, que ora preside esta sessão, à respeito da menor idade penal.

Este é um assunto de grande interesse nacional. Os políticos dizem que reduzindo a idade penal certamente reduziremos a violência. Não acredito nisto, pela experiência que tenho como policial ao longo de 37 anos, servindo a sociedade como seu defensor, porque o policial é um organismo de defesa social.

Entretanto concordo piamente com essa redução porque os menores não têm entendido a proteção que o Estado busca lhes dar e têm cometido crimes violentíssimos. E não precisamos ir buscar em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, ou nos Estados Unidos, exemplos dessa natureza. Aqui mesmo em Salvador, quando estava como delegado de polícia, servindo no subúrbio, trabalhei em crimes violentos, com requintes de perversidade, cometidos por meninos de 16 anos de idade.

Lembro-me de que fui prender um desses meninos, que cometeu uma chacina, e ele me enfrentou. E eu tive que usar força física para dominá-lo. E, naquele momento, fui fotografado por um jornalista do jornal *A Tarde* que acompanhava a diligência, razão pela qual fui levado à Corregedoria da Polícia. E, por pouco, não fui punido.

Agora, criminoso a gente não pode respeitar, especialmente na hora de capturá-lo e entregá-lo às barras da Justiça. Ele pode ser menor, maior, preto, branco, amarelo, é um criminoso pronto a matar, a destruir, quem passar na frente do seu caminho.

Foram grandes os riscos que eu passei na polícia. Eu não dormia, porque tudo na polícia é fiscalizado. E, no combate ao crime, não são levadas em consideração essas coisas. O sujeito é levado para a Corregedoria porque segurou um menor fortemente, o qual poderia matá-lo se ele não tivesse cuidado naquele momento.

Portanto, eu sou a favor da redução da maioridade penal, embora saiba que não vai resolver o problema da violência no Brasil.

Entretanto, o que vamos ver é que precisaremos também, com isso, construir muitas cadeias. Hoje, neste País, é tão importante construir uma escola quanto construir uma cadeia. Sem cadeia, você não pode colocar os criminosos no seu devido lugar.

Nós temos hoje, Srs. Deputados, os senhores não sabem disso, 1 milhão de mandados de prisão para serem cumpridos. E se esses mandados forem cumpridos, não há onde colocar essas pessoas. E o senhor sabe porque não foram cumpridos? Porque não temos efetivo suficiente para caçar e buscar aqueles cuja captura a Justiça já determinou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- E outra coisa, o Brasil ocupa o terceiro lugar em encarceramento no mundo, e poderia ser o primeiro se fossem cumpridos os mandados que estão por aí, voando.

Segurança pública é algo muito sério. Educação é importante, deputado, mas educação sem segurança não caminha. E segurança sem educação não se faz bem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar a sessão, eu queria comunicar que faleceu, no último sábado, o ex-deputado nesta Casa Natálio Dantas, que foi sepultado no dia de ontem. A causa da morte, segundo informações, foi infarto.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, solicito a verificação do quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Visivelmente, há presentes 8 deputados, não temos condições de continuar a sessão.

Estão presentes os deputados Targino Machado, Elmar Nascimento, Graça Pimenta, Bira Corôa, Carlos Geilson, Deraldo Damasceno, Luiza Maia e Adolfo Menezes. Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*